

# QUANDO A ORDEM SANITÁRIA SUSTENTA A ORDEM MORAL: INJUNÇÕES FEITAS AO CORPO DE MULHERES POBRES

*Catherine Le Grand-Sébillé\**  
*Tradução: Eveline Bouteiller\*\**

## **Resumo**

O artigo analisa experiências de sofrimento social de mulheres em situações precárias ou de mulheres pobres que ficaram internadas em instituições especializadas durante a gravidez. O peso de comportamentos higienistas, a repressão da sexualidade e as manipulações ideológicas do leite materno mostram que essas instituições são lugares de confinamento e reclusão.

## **Palavras-chave**

Gravidez; corpo feminino; leite; segredo; sexualidade.

## **Abstract**

*The article analyzes social suffering experiences by women in precarious situations or in poverty, who have stayed in specialized institutions during their pregnancy. The weight of hygienist behaviors, the repression of sexuality and the ideological manipulations of the maternal milk show that such institutions are places of confinements and reclusions.*

## **Key-words**

*Pregnancy; female body; milk; secret; sexuality.*

Nosso objeto antropológico é o sofrimento social tal qual ele se faz sentir em mulheres que conhecem a precariedade ou a grande pobreza<sup>1</sup> e que viveram em maternidades, sob controle. É o peso das condutas higienistas, a repressão da sexualidade ou as manipulações ideológicas do leite materno que chamarão a atenção neste artigo.

É necessário, inicialmente, indicar onde foi ouvido esse sofrimento: é no âmbito de entrevistas etnográficas realizadas, há longos anos, que ouvimos a dor de destinos individuais e familiares marcados pelo estigma social e o julgamento muitas vezes desaprovador de profissionais da ajuda social.

Originárias de famílias com grande número de irmãos (às vezes dez crianças ou mais), as mães encontradas conheceram elas mesmas, ou por meio de seus irmãos e irmãs, separações, abandonos ou cuidados temporários por diferentes serviços de assistência disponibilizados pelo Estado francês. Estão muitas vezes fragilizadas pelo uso de álcool ou pela toxicomania, entre as mais jovens.

Essas mulheres são inegavelmente o produto de seu meio. Não têm as sensibilidades refinadas dos grupos dominantes. São, como dizem, “marcadas pela vida”, corroborando o que escreve Philippe Perrot:

(...) a indigência, o labor, as maternidades, a doença marcam, usam, torcem os corpos, os dobram, envergam, enrugam precocemente (...). Deposita-se ou se imprime assim nas carnes – e até nos ossos – o texto de sua história, os estigmas de sua origem, os rastros de sua trajetória, ou seja, o indício de seu destino.<sup>2</sup>

Essas mulheres, cujos corpos são como que modelados pela miséria, participam no entanto de uma cultura popular regida por normas e valores. Por meio de metáforas, que todos utilizamos, quaisquer que sejam as nuances culturais e sociais, evoca-se ao mesmo tempo o concreto da carne e do imaginário e desenha-se uma moral que deve levar esse nome, mesmo naquelas que estão mais distantes de um discurso médico oficializado e de um modo de vida normatizado segundo os usos dominantes. Uma tal moral define o que são os equilíbrios do repouso, da alimentação e da excreção, da limpeza e da conveniência, das relações sutis que o corpo entretém com os elementos ou com o invisível.

Mas há mais naquelas que encontramos e que tiveram que defrontar-se com todo um conjunto de ameaças, com um conhecimento certo do efêmero no corpo, de sua fragilidade, de sua impotência e da irredutibilidade da morte. É uma forma de sabedoria e de saber – absolutamente não reconhecida – que os triunfos da biomedicina, o culto à juventude, o culto contemporâneo de um belo corpo, magro e musculoso, nos fizeram esquecer.

## *Instituições que judiam*

Nossas informantes sofreram freqüentemente a precariedade do lar parental. Evocam violências no seio da família, mas também revelam – quando sentem confiança – o quanto as instituições, que se supõe protegê-las, judiaram delas. Confessam que, esses elementos de sua história, elas preferem dissimulá-los. “A gente tem muitas vezes vergonha de ter sido infeliz enquanto estava a cargo do Estado”, dirá uma mulher que residiu em orfanato, depois em abrigo, antes de ser acolhida na Casa Maternal.<sup>3</sup> Esse silêncio guardado, até mesmo sobre as humilhações ligadas ao corpo, mostra que vale mais renunciar a lembrar esses machucados irreparáveis se eles não podem ser compreendidos. Nesse trabalho de recenseamento das memórias que realizamos junto a essas pessoas, que muitas vezes são desqualificadas nas suas competências de linguagem, escutamos sempre palavras como estas: “*Eu nunca teria acreditado que aquilo que vivi poderia interessar alguém*”. Ou então: “*Quando a gente não estudou, como eu, não se dá o direito de tentar pensar com pessoas que não conhecemos (...) é a primeira vez que me pedem para refletir em voz alta (...) e que gastam o tempo que for preciso para me escutar*”.

Voincnet de Gajelac indica, muito justamente, em seu livro *Les sources de la honte*,<sup>4</sup> que os mecanismos de desempenho para sair da inibição e redinamizar as potencialidades criativas podem passar, para os sujeitos envergonhados, por um trabalho de restauração da história de cada um que os conduza a se situar como agentes de historicidade. Várias das mulheres que encontramos comprovam isso por meio desse trabalho intersubjetivo de pro-vação, durante o qual elas puderam refletir sobre tudo que foi por muito tempo calado.

Indo além do único âmbito da infelicidade de cada um e de uma dor psíquica singular, é exatamente a expressão de um sofrimento social que se dá a entender. O agrupamento de elementos singulares nas entrevistas etnográficas traça os contornos de um sofrimento compartilhado, multiplicado em uma massa de verdades murmurantes, e a expressão dessa queixa tenta dizer o insuportável das injunções feitas ao corpo. O relato que elaboram as informantes as obriga a traduzir para o etnógrafo o fluxo de emoções que surge com a rememoração, em um discurso compreensível, relativamente homogêneo, já distanciado.

Sem ter tido o projeto inicial de “fazer falar” a infelicidade, nós nos encontramos escutando longamente o desgosto ressentido por aquelas que vivem como mães desqualificadas, “apontadas com o dedo”, marcadas como incapazes”, como elas o dizem dolorosamente.

Insistamos no fato que essa queixa não revela unicamente disposições individuais, como tentaria fazer crer o vasto movimento de psicologização, em curso desde os anos 60, em nossa sociedade. A interpretação das dificuldades dessas mulheres, dessas famílias,

não é mais para ser considerada, como é muitas vezes o caso, segundo uma ideologia médico-psicológica ou médico-psiquiátrica que patologiza abusivamente as realidades sociais. Compartilhamos o ponto de vista de Michel Autes, para quem “todos os fenômenos são lidos através de prismas que colocam toda a luz sobre o funcionamento dos indivíduos fora de toda relação social”.

Parece-nos importante de fato tornar a falar sobre a amplitude dos estragos provocados por políticas sociais sucessivas. A intervenção do Estado, que se quis protetor, gerou efetivamente todo um conjunto de sofrimentos, de violências, que nos foram muitas vezes relembrados pelos “beneficiários” de tais políticas.

Essas mulheres se queixam da sorte que tiveram: as instituições as mantiveram em vida, mas esse oferecimento de assistência nunca se acompanhou de indispensáveis apoios e redes relacionais que fundam a pertença a uma comunidade humana.

A teoria da “necessidade” estava na base das políticas públicas desenvolvidas visando aos pobres.<sup>5</sup> Necessidade de pão, necessidade de um teto foram satisfeitas temporariamente – o tempo de abrigo – por uma política de ajuda e de cuidado que se declinava no higienismo, na educação especializada, na ajuda social. A instituição de higiene, a vigilância sanitária, como questões primordiais nas preocupações dos criadores de instituições destinadas às mulheres vindas da pobreza, são totalmente discerníveis nos testemunhos recolhidos e percorrem, como bem mostrou Michel de Certeau, todo o século XX:

Uma institucionalização do saber médico produziu a grande utopia de uma *política terapêutica* que abrangesse, da escola até o hospital, todos os meios de lutar contra o jugo da morte no espaço social. Uma transformação geral em poder deu aparência “médica” a uma administração encarregada de *curar* e, mais ainda, de organizar a *ordem em prevenção*. Essa campanha sanitária devia preencher todas as brechas por onde o inimigo se insinuava. Inscrevia até a escola como um setor particular de uma “polícia médica”, invadia as regiões da vida privada para encher, por medidas sanitárias, todas as vias secretas e íntimas que se abrem ao mal; instituía a higiene como problema nacional em luta contra a infelicidade biológica. Esse modelo médico de uma luta política se referia simultaneamente à ambição ocidental de um *progresso* indefinido do *corpo* (numa economia do desafio que encontrava a sua representação pública no esporte) e à obsessão surda e permanente degenerescência (que comprometia o capital biológico sobre o qual repousava a expansão colonizadora do país).<sup>6</sup>

### *Aniquilar o sujeito desejan*

Tudo que percebemos da infelicidade social na memória guardada dessas estadias em instituições, ou de contatos com o mundo médico-social, mostra que a necessidade essen-

cial não é a de um mínimo vital material, mas o acesso ao respeito, o respeito à pessoa, certamente, mas também ao seu corpo, suporte de desejos muitas vezes entravados, interditados.

De fato, nós o sabemos bem, o corpo e a sexualidade dos pobres são assujeitados desde sempre aos diversos dispositivos de proteção sanitária e social. Aquilo que para outros aparece como uma escolha (a contracepção, o aborto), para as mulheres desfavorecidas se impõe como uma obrigação, uma injunção ou um conselho freqüentemente vivido de maneira humilhante. A suspeita parece pesar, também com freqüência, sobre o desejo de procriar nestes homens e mulheres considerados, em todos os tempos, como “supranumerários”, inúteis para o mundo, no pior dos casos, ou, no melhor, sempre identificados por suas faltas, por suas carências.

Ao longo de nossas pesquisas, parece que são muitas vezes as mulheres que a vida não poupou que se designaram como mães incertas, para não dizer perigosas. Não estamos seguros de que elas tenham sempre tido a possibilidade de provar suas competências, tão culpabilizante é o julgamento sobre suas maneiras de fazer ou suas maneiras de ser. “Será que se pode pensar, de fato, que essas mulheres poderiam fundar uma outra família que não fosse indesejável?”<sup>7</sup> Foram elas consideradas mães com todos os direitos nas instituições destinadas a socorrer, a acolher?

Gostaríamos de retomar esta questão ligando maternidade, pobreza e negação do sujeito desejante, em uma perspectiva mais histórica. É de fato importante lembrar que os lugares concebidos, desde o século XIX, para acolher as mães solteiras em dificuldade praticavam aquilo que se poderia chamar uma proscrição da conjugalidade e da sexualidade. Essas instituições laicas podem se comparar às reclusões religiosas. A evicção dos homens toma aí múltiplas formas, tal qual as “filhas-mães”, como elas nomeavam a si mesmas quando nós as encontramos – ficam lado a lado, cotidianamente, com profissionais que eram em grande maioria solteiras. Essa importância do celibato parece ser um elemento que concorre efetivamente para pensar que se operava um “trabalho de foice” na conjugalidade, assim como na sexualidade, em muitos desses estabelecimentos.

Para a instituição sobre a qual pesquisamos,<sup>8</sup> nenhuma diretora era mãe ou casada; a última, que provocou escândalo por ter introduzido a “modernidade”, era divorciada, sem criança. Ninguém pode dizer que se tratou de um acaso ou de uma vontade mesmo inconsciente daqueles que eram encarregados do recrutamento. As interessadas nunca haviam elas mesmas pensado nisso. “É preciso que você me fale disso para que eu realize. Eu não sei se fomos afastadas das outras candidatas por esse critério. Mas é certo que seria bizarro uma diretora casada. Lá era o reinado do celibato.” O diretor do centro departamental de formação de trabalhadores médico-sociais, que nos concedeu uma entrevista,

resume assim a ideologia laica e repressiva que prevalecia nesta instituição que não tinha, neste ponto, nada a invejar ao convento. “*É um lugar em que as diretoras, salvo a última, teriam desejado dessexualizados, dessexualizados. Era preciso banir, castigar o sexo.*”

É na perseguição de um trabalho de “poligrafia” em torno da inscrição da marginalização no corpo e nas representações simbólicas que podem ganhar sentido que faremos, a seguir, uma reflexão sobre o leite das “filhas-mães”.

### *Todos os leites não se valem, em uma instituição materna*

“*Em V, havia leites bons e leites ruins*”, disse-nos, no início de nossa pesquisa, uma antiga faxineira da maternidade. Não podendo explicar mais como ela compreendia aquilo, obrigou-nos a esclarecer essa proposição enigmática. Depois de três anos de entrevistas com várias pessoas, tornou-se possível compreender como se operava essa divisão. De fato, *leite bom* era um leite “cultivado”, aquele da “Gota de Leite”, com seu conjunto de tratamentos, de transformações, de ferramentas, de máquinas. Um outro *leite bom*, é claro, é aquele do amor, aquele que provoca o vínculo.

Os *leites ruins*, em oposição, eram, primeiro, o leite “animal”, aquele que remete às vacas mas também à profissão de vaqueiro ou de vaqueira, fortemente relacionada à miséria e símbolo de um desgosto que se declina em numerosos testemunhos. Um outro *leite ruim* era o leite materno não utilizado, que não servia para nada; “leite perdido”, que não permite nem alimentar nem estabelecer um vínculo. Um último *leite ruim*, enfim, era aquele das mulheres afetiva e sexualmente frustradas, e, como diz uma antiga canção de ninar: “*O tédio, o fato de não poder ter uma ocupação, quero dizer, de não poder ocupar seu corpo... isto estraga o leite*”.

Uma das práticas notáveis nesse estabelecimento é dar o seio à força à criança e isto poderia ser considerado como um exemplo de disciplinamento do corpo e de modelagem dos sentimentos.

Uma auxiliar de parteira aposentada formula seus remorsos assim:

*Creio que até o final da minha vida, há uma única coisa da qual me arrependo ter feito: foi de ter colocado os bebês no seio das mulheres que queriam abandoná-los. Isso não é mesmo certo. Não estou orgulhosa de mim. Mas é que me obrigaram [a direção]. De fato, não era concebível que o leite dessas mulheres não fosse utilizado.*

Esta informante explica, em seguida, que “*o que se esperava sobretudo era que, com o aleitamento, a mulher acabasse por se vincular à criança. Mas quando elas estavam*

*mesmo decididas, agora eu me dou conta, era uma verdadeira tortura lhes impor isto*". A taxa de sucesso deste apego provocado era muito baixa, e a violência simbólica ligada a essa injunção não escapa a esta profissional aposentada. Pressentindo, certamente, como escreve Marielle Issartel, que "aleitar não é dar leite materno, mas dá-lo do seio à boca, com todos os gestos, a duração e as emoções que isto implica",<sup>9</sup> é muito significativo aquele remorso. Primeiro, a contradição reside no fato de se oferecer nesse estabelecimento, ao mesmo tempo, o dispositivo do parto secreto e a possibilidade de abandono! Culpaabilizando a mulher que não cede à instauração do vínculo materno procurado, esse aleitamento se torna uma "tortura".

Essa imposição exercida por ela e por outras berçaristas, sob a pressão da direção, até meados dos anos 70, estava no coração da ideologia promulgada pelos criadores da Casa Maternal, cinqüenta anos antes. O aleitamento era, para eles, um instrumento de pressão moral assim como um meio de assegurar a "salvaguarda das crianças", como se um parentesco de leite devesse reforçar, apertar o laço distendido do sangue. Essas práticas se encontravam também na Casa Maternal de Saint-Étienne, como confirmam M. Dubesset e Michèle Zancarini-Fournet, em sua obra *Parcours de femmes: réalités et représentations. Saint-Étienne 1850-1950*.<sup>10</sup>

De fato, a vida das mães amas-de-leite é inicialmente consagrada às crianças que se devem aleitar; trata-se, é claro, de evitar o abandono, objetivo prioritário do estabelecimento. Não se fazia nada para que não viesse o leite, mesmo que o abandono fosse desejado pela mãe. Aquelas que haviam anunciado que as abandonariam eram tratadas rudemente, não apenas pelas parteiras, pelas vigias, mas também pelas outras meninas.

### *Leite de vaca, humanizado ou miserável?*

Se são mesmo mulheres que exerceram durante tanto tempo, nesse tipo de estabelecimento, essa imposição afetiva, parece, ao contrário, que a invenção da "Gota de Leite" seja uma forma de apropriação masculina do leite feminino. A primeira delas foi criada em Fécamp pelo doutor Dufour.<sup>11</sup> Para V. foram também homens que decidiram por sua criação no âmbito da maternidade. É o primeiro responsável, médico-diretor, que lhe deu impulso. É também um homem, criador vizinho do Castelo, que aceitou falar conosco. Ele havia abastecido a "Gota de Leite" durante várias décadas; explicou longamente as exigências higiênicas que deviam ser seguidas, assim como os méritos do leite "humanizado". Ele assim chama o leite de suas vacas, esterilizado, desnatado, engarrafado e distribuído nos quartos das parturientes ou às mulheres das redondezas, segundo complexas regras contáveis.

Anteriormente excluídos da produção e da gestão desse alimento materno, os homens monopolizam, pela mecanização e pela instrumentalização, esse domínio reservado ao feminino. É verdade que, com o controle das amas-de-leite empreendido alguns séculos antes, eles já haviam se preocupado em reger as modalidades de aleitamento e de desmame em detrimento das mães. Encontra-se aqui, com a instrumentalização ou a domesticação do leite, uma figura contemporânea de um tema sem dúvida universal, o do confisco pelo masculino dos poderes femininos da procriação, que vários trabalhos antropológicos colocaram à luz. Esta reapropriação já havia se manifestado, sob a forma de uma repressão, por parte dos higienistas, do leite “ruim” dado pelas mães em mamadeiras de tubo. Se o leite interessou muito aos homens dessa região francesa, é verdade que o desenvolvimento da economia leiteira e a multiplicação das “Gotas de Leite” marcaram profundamente a vida econômica local e modelaram os imaginários sociais dessa comunidade rural. Notemos que a produção leiteira permanecia, nesta parte do Noroeste, um negócio de pequenos e médios produtores. Incômoda pelo ritmo da ordenha, que devia ser de duas vezes ao dia, essa atividade permaneceu no âmbito da produção familiar e se engajou apenas muito tarde na modernidade (bem no final dos anos sessenta), diferentemente de todas as zonas rurais vizinhas.

É o que significam as múltiplas alusões de nossas informantes à vida arcaica dos vaqueiros e das vaqueiras, vida difícil que lhes era prometida e da qual elas procuraram fugir, tornando-se salarizadas sem qualificação: “*Eu queria a todo preço largar a bosta e o cu das vacas*”, ou ainda “*Na fazenda, era a miséria absoluta. Se eu ficasse, eu me ocuparia das vacas resto da minha vida, sem esperança de conhecer outra coisa*”.

Nos depoimentos recolhidos, percebe-se bem como o trabalho de produção do leite de vaca se torna uma figura emblemática da pobreza. Apenas um tratamento mecânico, térmico e higiênico poderia retirar do leite sua dimensão animal, miserável e perigosa.

### *A inatividade das residentes estraga o leite*

O leite materno é também portador de perigo quando ele é afetado pela inatividade. A ligação entre sexualidade e qualidade do leite está aqui estabelecida: “*O tédio, o fato de não poder se ocupar, de ficar dando voltas como em uma gaiola, isso estraga o leite. Essas pequenas, elas eram desocupadas; penso no afetivo, pois, trabalho, nós lhes dávamos*”.

A empresa de moralização se efetuava efetivamente pelo viés das ocupações regradas e de uma colocação bastante rápida das “filhas-mães” no trabalho. Daí as numerosas oficinas de costura que floresceram em todas as casas maternas e nesta também, é claro.

A desocupação evocada aqui é outra. A aproximação empregada por essa ajuda, entre frustração sexual e distúrbio do aleitamento, já havia sido enunciada de maneira bastante explícita, no século XV, por Laurent Joubert, como relata Agnès Fine, em *Le lait contrarié* [O leite contrariado]. É certo, “a cópula torna o leite seroso, insípido e amarelado, quer dizer elaborado imperfeitamente (...)”. Conhece-se mesmo a vigilância severa da qual eram objeto as amas-de-leite “no local” em que eram separadas de seus maridos. No entanto, diz ela, “Joubert preconiza a moderação mais do que a continência total, pois ‘é melhor que a ama tenha a companhia de seu marido, obediente e moderadamente, do que arda de amor. O grande desejo não satisfeito é o que sobretudo perturba o leite, como se vê em amas muito apaixonadas que vão atrás dos homens como cadelas no cio (...)’”.<sup>12</sup>

Assim, a frustração sexual engendra distúrbios insuspeitos do aleitamento em um estabelecimento em que as diretoras, salvo a última (nos anos 80), haviam tornado diabólicas as relações e os prazeres carnavais.

Determina-se também, nessa comunidade de mulheres, uma vontade de separar o ato sexual e a concepção. “É um pouco como a Santa Virgem, vejam vocês!”, diz-nos brincando uma auxiliar de puericultura. É efetivamente na imaculada concepção ou mesmo na abolição da corporeidade das santas que se pode pensar nessas singulares procriações nas quais a parte masculina nunca é evocada. As virgens e as santas são de fato subtraídas da vida sexual, como eram, de uma certa maneira, as residentes da Casa Maternal. A exclusão da carne e da conjugalidade, que é uma das regras da santidade, vale também para esta instituição, onde “*não houve preocupação*”, como disse tão bem uma antiga vigilante noturna, “*nem de escutar o corpo nem de permitir o amor*”.

Não seria surpreendente que o aleitamento não tenha encontrado suporte concreto e simbólico para sua valorização, em um tal lugar.

Mas as instituições maternais, tais como existem hoje, desenvolvem outras práticas?

Parece que alguns abrigos ou hotéis maternais funcionam ainda segundo os princípios do encarceramento e da culpabilização das mulheres; o livro *Hôtel maternel*, de Marie Le Drian,<sup>13</sup> atesta-o, assim como o relatório coletivo sobre os centros maternais, entregue à MIRE em 1995 e publicado quatro anos mais tarde,<sup>14</sup> o qual indica também um dos cinco estabelecimentos sobre os quais se referia a pesquisa:

(...) ainda hoje, os profissionais estimam que a antiga representação da maternidade solteira é prenhe: o abrigo das jovens mulheres permanece, inconscientemente, punição de ato reprovado; a mãe solteira é malvista, o estabelecimento guarda um ar carceral.

Muitos dos estabelecimentos contemporâneos anunciam, contudo, uma ruptura com os modelos antigos, e, em um movimento que não se dá sem contradições, eles reivindicam: ao “desencarceramento” e, ao mesmo tempo, a necessidade de propor às mães solteiras um isolamento protetor.

Divididas entre a rejeição de modelos institucionais ultrapassados e a manutenção em atividade de equipes profissionais e estabelecimentos pesados, os centros maternos hoje parecem desenvolver novas reações de tutela<sup>15</sup> das mães solteiras em dificuldade. Quer eles operem um recentramento de seus projetos educativos sobre a relação mãe-criança, sobre a estruturação psicológica das residentes ou sobre uma pedagogia da autonomia, os centros parecem, na maior parte das vezes, ter deslocado os antigos operadores sem ter conseguido fazê-los desaparecer totalmente.

Assim, permanece excepcional que o companheiro de uma residente ou o pai de uma criança possa subir a um quarto. O parlatório freqüentemente permanece conveniente, pois “*o sono das crianças deve ser imperativamente protegido das perturbações provocadas por uma vida noturna muito barulhenta, justificando a instauração de um verdadeiro toque de recolher*”.<sup>16</sup>

A conjugalidade e o exercício da sexualidade parecem sempre majoritariamente reprovados, como em toda instituição coercitiva. Este é exatamente um dos paradoxos de tais estruturas que devem efetuar um trabalho de inserção e de acompanhamento social e que participam de um afastamento da “*vida verdadeira*”, como nos disseram, várias vezes, jovens atualmente abrigadas em centros. Trata-se de procurar sempre, ao que parece, não transformar esses estabelecimentos onde se exerce uma espécie de monoparentalidade coletiva, em espaços de exclusão.

Resta ainda acolher melhor as mulheres em dificuldade em todo lugar que lhes é devido, oferecer abrigo em uma estrutura de ajuda ou de cuidados, sem injunção, intimação, prescrição moral, e conciliar isso com eficácia profissional, o que não é fácil. Resta, enfim, aceitar os companheiros dessas mães que não são apenas mães.

Da mesma forma, percebemos que o corpo dessas mulheres e, sobretudo, o de suas crianças, ficam sendo sempre na mira de um controle sanitário maciço. Essas mães, que podem residir de alguns meses a dois anos em um estabelecimento médico-social, são muito menos livres em suas ações do que as que vivem em domicílio. Assim, o tabagismo é vivamente estigmatizado durante a duração da gestação e do aleitamento. Do mesmo modo, a alimentação e o peso das crianças são objeto de múltiplas observações, medidas e análises. Vemos mesmo multiplicarem-se na França pesquisas de saúde pública sobre o vínculo entre obesidade e famílias monoparentais. A suspeita se deslocou. Da assepsia à nutrição, há de fato uma mesma rigidez e a vontade de colocar tudo em conformidade.

É guardando no espírito a gestação da ideologia higienista do início do século XX que se pode compreender, sem dúvida, o quanto as instituições laicas destinadas às mães solteiras são influenciadas por aquilo que Georges Vigarello nomeia “a grande ascensão da vigilância sanitária”.<sup>17</sup> Porque a manutenção e a vigilância dos locais e dos corpos levam com certeza à higiene moral. É por isso que a ação normativa e moralizadora dos estabelecimentos maternais é ainda tão forte. Em tais locais, concebidos para acolher os efeitos de uma certa desregulação sexual, portanto, desregulação social, a preocupação de recolocar em ordem passa há mais de um século por práticas corporais repressivas, por um discurso reprovador e culpabilizador sobre a ilegitimidade das gravidezes e mesmo por uma proscricção da sexualidade.

*Recebido em maio/2002; aprovado em julho/2002*

## Notas

\* Antropóloga, Doutora e Professora da Universidade Lille II.

\*\* Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP.

<sup>1</sup> É inútil definir o termo precariedade, que conjuga sempre desemprego, baixa renda, ausência de diploma, fragilidade familiar ou relacional, exclusão de moradia. É um processo, mais do que um estado, em que se combinam vários fatores de vulnerabilidade. Difere da grande pobreza que concerne às pessoas que ficaram fora dos circuitos habituais de trabalho e de sociabilidade “ordinária” há várias gerações.

<sup>2</sup> Cf. PERROT, P. *Le travail des apparences. Le corps féminin XVIII-XIX*. Paris, Le Seuil, 1984.

<sup>3</sup> “Esta Casa Materna e a memória que dela foi guardada foram objeto de nossas pesquisas, durante muitos anos, de um artigo publicado em *Projeto História 17*, “Trabalhos de memória”, em novembro de 1998.

<sup>4</sup> Paris, Desclée de Brouwer, 1996.

<sup>5</sup> Cf. JOSEPH, I. e FRITSCH, Ph. Disciplines à domicile. L’édification de la famille. *Recherches*, v. 28, p. 294, nov., 1977.

<sup>6</sup> Certau, M. de. *L’invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Paris, Gallimard, 1990, p. 284. Edição brasileira: *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 300.

<sup>7</sup> Reaproximamo-nos da análise do sociólogo Robert Castel, que aponta os perigos de se recorrer a palavras como “família indesejável”, mostrando a ameaça de relegá-las nos espaços especiais que tais representações subtemem. Cf. a obra intitulada “*L’exclusion, définir pour en finir* [A exclusão, definir para acabar]”, sob a direção de Saül Karsz, Paris, Dunod, pp. 57-65.

<sup>8</sup> Esta instituição constrangedora, situada no noroeste francês, fechou em 1985. Ela abrigava uma maternidade do departamento (22 mil crianças nasceram ali entre 1928 e 1972. 10% delas nasceram no segredo, mas muitas foram abandonadas), um asilo destinado às mães solteiras (a Casa Maternal), um bercário e um abrigo da infância.

- <sup>9</sup> Cf. ISSARTEL, M. "Allaiter, dit-elle". In: Mémoires lactées, *Autrement*, Série Mutations, n. 143, p. 174, 1994.
- <sup>10</sup> Paris, Presses Universitaires de Lyon, 1993, p. 167.
- <sup>11</sup> *Les biberons du Docteur Dufour*. Éditions des Musées de Fécamp, 1997.
- <sup>12</sup> Cf. FINE, A. "Le lait contrarié". In: Mémoires lactées, *Autrement*, Série Mutations, n. 143, pp. 166-167, 1994.
- <sup>13</sup> Ed. Julliard, 1996.
- <sup>14</sup> DONATI, P., MOLLO, S., NORVEZ, A. e ROLLET, C. *Les centres maternels: enjeux et réalités éducatives*. Paris L'Harmattan, 1999. (Logiques sociales).
- <sup>15</sup> Emprestamos essa expressão de Robert Castel, que a utiliza para prestar conta das mudanças que afetaram o universo psiquiátrico sem abalar fundamentalmente a "permanência no asilo".
- <sup>16</sup> *Les centres maternels...*, op. cit, 1999, p. 179.
- <sup>17</sup> VIGARELLO, F. *Le sain et le malsain: santé et mieux-être depuis le Moyen-Âge*. Paris, Seuil, 1993, p. 261.